

Opinião

Tribuna Livre

ANA LÚCIA DOS SANTOS. Assistente social judiciária e professora universitária.

Em nome da Justiça

A greve dos funcionários do Tribunal de Justiça de São Paulo, que já dura mais de dois meses, vem trazendo sérios prejuízos à população, aos grevistas e suas famílias, e à própria credibilidade do Tribunal de Justiça enquanto instituição. Dificulta ainda o acesso das pessoas à Justiça, já tão criticada pela sua lentidão.

Recentemente, após a morte do escritor português José Saramago, grande perda para a literatura mundial por ser um homem ligado ao seu tempo, crítico das sociedades e das injustiças sociais, tive acesso a um texto seu que me pareceu apropriado à situação vivenciada pelos funcionários do Judiciário. Foi levada a reflexão pelo mesmo.

Trata-se de uma intervenção feita por Saramago no encerramento do Fórum Social Mundial de 2002, onde relatou uma história da Idade Média, para falar sobre a Justiça. A narrativa referia-se ao fato de que, num certo dia, os sinos da igreja de uma aldeia de Florença começaram a tocar na entonação de finados. Quando a população foi ver, não se tratava do sinoeiro, mas de um camponês. Como não viram nenhum morto, indagaram as razões do toque do sino.

O lavrador explicou que um ganancioso senhor do lugar há muito tempo vinha aumentando o tamanho de suas posses, avançando nas terras do lavrador. Este pediu e implorou para que parasse. O senhor,



em resposta, mais e mais tomava suas terras. O lavrador resolveu queixar-se às autoridades e finalmente pedir proteção à Justiça. Em vão. A espoliação continuou. Então, desesperado, e na esperança de ser ouvido, resolveu anunciar ao mundo a morte da Justiça (o tamanho da aldeia, para quem sempre nela viveu, corresponderia à dimensão do mundo na época).

Continuando, Saramago disse não saber o que ocorreu depois, pois que a história nunca nos conta tudo... Mas reproduzo abaixo uma parte de seus pertinentes comentários a respeito de tal situação.

"De cada vez que morre (a Justiça), é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em túnica de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendessem os olhos e viciassem

os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira quotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais exato e rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida e o alimento do corpo. Uma justiça exercida pelos tribunais, sem dúvida, sempre que a isso os determinasse a lei, mas também, e sobretudo, uma justiça que fosse a emanação espontânea da própria sociedade em ação, uma justiça em que se manifestasse, como um iniludível imperativo moral, o respeito pelo direito a ser que a cada ser humano assiste".

Creio que esses comentários expressam a denúncia, de forma sensível, da permanência das injustiças em nosso cotidiano. E dizem muito dos sentimentos dos funcionários do Tribunal de Justiça de São Paulo, especialmente os que estão na greve, reivindicando não o aumento do salário, mas apenas a reposição das perdas causadas pela inflação, aquela recebida por lei, por todos os trabalhadores e aposentados do País. Esses funcionários não a recebem de seu empregador há dois anos. Em sua luta, se recusam a aceitar que a Justiça não se faça presente na sua própria casa. E lutam por acreditar que nunca precisarão tocar os sinos pela morte da Justiça.